RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Segunda-Feira, 23 de Novembro de 2026

Assembleia Legislativa de Mato Grosso: Canais de Participação Cidadã na Democracia Representativa

Conheça os meios oficiais para acompanhar e participar das atividades legislativas do estado de Mato Grosso

A participação democrática do cidadão transcende o momento das eleições. Acompanhar a trajetória dos representantes eleitos ao longo de seu mandato constitui elemento fundamental para o fortalecimento das instituições e da própria democracia. Compreender as competências de um deputado estadual, analisar seus votos em questões de relevância social e conhecer sua contribuição nos debates que impactam a vida cotidiana são práticas essenciais para o exercício ativo da cidadania.



A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) reconhece essa responsabilidade e oferece diversos canais de comunicação que visam facilitar o acesso das pessoas às informações sobre o trabalho parlamentar. Através de um portal online robusto, presença em redes sociais, além de emissoras de rádio e televisão dedicadas, a instituição busca garantir transparência e estimular a participação do público nos debates legislativos de interesse coletivo.

O portal institucional disponibiliza não apenas notícias sobre as atividades do Parlamento estadual, mas também acesso a ferramentas como o levantamento de proposições em análise, compilado de legislação vigente, publicações do Diário Oficial Eletrônico, Portal da Transparência e a Ouvidoria-Geral. Pela seção destinada ao Parlamento, é possível consultar documentos legislativos, pautas de deliberação, atas das sessões plenárias e informações detalhadas sobre comissões permanentes, câmaras temáticas setoriais e frentes parlamentares.

Gabriel Lucas Scardini Barros, consultor de serviços legislativos da instituição, enfatiza que os mecanismos de comunicação disponibilizados representam o melhor recurso para que a população se mantenha informada e engajada nas atividades da Casa Legislativa. Segundo ele, o cidadão dispõe de múltiplas plataformas para se inteirar sobre os trabalhos de seus representantes: o site oficial, a programação da TV Assembleia, a Rádio Assembleia e os perfis em mídias sociais permitem que cada pessoa acompanhe as ações parlamentares e questione diretamente o deputado.

Um destaque importante mencionado por Barros é a Secretaria de Serviços Legislativos, que concentra um acervo abrangente sobre o funcionamento e a organização do Parlamento estadual. Nessa seção, podem ser consultados diversos documentos relevantes como propostas legislativas, leis sancionadas, registros de audiências públicas, atas de plenários, além de publicações educativas como o Guia do Processo Legislativo e o Glossário Legislativo.

A presença física também constitui importante instrumento de participação cidadã. Todas as atividades parlamentares — reuniões de comissões, inclusive comissões parlamentares de inquérito, câmaras temáticas, frentes parlamentares e sessões plenárias — encontram-se abertas ao público na sede da ALMT em Cuiabá, com cronograma publicado antecipadamente na Agenda oficial. Frequentemente, o Parlamento desloca-se para municípios do interior para debater temas que afetam diretamente as comunidades locais.

Conforme afirma Barros, as audiências públicas constituem mecanismo particularmente relevante para a expressão da vontade popular. A ALMT realiza centenas dessas sessões anualmente, muitas delas realizadas in loco nos municípios. Esses encontros representam oportunidade ímpar para que a sociedade manifeste suas demandas, exponha seus desafios e apresente propostas de aprimoramento, além de propiciar contato direto entre população e representantes, permitindo influência no processo legislativo.

Barros destaca que esse diálogo próximo frequentemente resulta em propostas valiosas que geram modificações na legislação estadual. O parlamentar, na sua concepção, funciona como intermediário entre as aspirações populares e a expertise técnica legislativa, dedicando-se exclusivamente, durante seu mandato, a estudar temas que o cidadão comum não consegue abordar devido a seus compromissos profissionais e pessoais. A democracia representativa, conclui, sustenta-se justamente nessa responsabilidade: ouvir diversos setores da sociedade — técnicos, governo, empresariado, trabalhadores, servidores públicos — para formar convicções e representar adequadamente a todos pelo período de quatro anos.